



UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CAMPUS DOS MALÊS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

LÍDIA DE SOUZA ESTRELA

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA ESCOLA REGULAR

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

LÍDIA DE SOUZA ESTRELA

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA ESCOLA REGULAR

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Acosta Leyva.

São Francisco do Conde

2017

LÍDIA DE SOUZA ESTRELA

INCLUSÃO DE DEFICIENTES NA ESCOLA REGULAR

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 29/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Pedro Acosta Leyva – Orientador

Mestre e Doutor pela PPG-EST. Pós-Doutor pela UNISINOS

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Marcos Carvalho Lopes – Examinador

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pós-doutor em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-RJ

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Ricardo Matheus Benedicto – Examinador

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – USP

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	6
3	OBJETIVOS	7
3.1	GERAL	7
3.2	ESPECÍFICOS	7
4	PROBLEMA	7
5	METODOLOGIA	8
6	QUADRO TEÓRICO	8
7	CRONOGRAMA DE TRABALHO	11
	REFERÊNCIAS	12
	APÊNDICE - Fotos	14

1 INTRODUÇÃO

Tema: Inclusão de alunos deficientes na escola regular. Delimitação: Inclusão de alunos deficientes na escola Missão Batista do ensino fundamental, na cidade de Saubara, na década de 2000-2016.

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Com o processo de inclusão toda a criança com algum tipo de deficiência tem o direito à educação.

As escolas terão de se reinventar, sendo necessárias adaptações, para atender ao público alvo, não só, armários e cadeiras mas também as cores os sons e a arquitetura e práticas pedagógicas que atendam toda a diversidade para os que necessitam que a escola deve oferecer o atendimento educacional especializado.

Este estudo visa identificar os benefícios do processo de inclusão que traz benefícios para toda a comunidade escolar, pois convivendo com as diferenças os atores sociais da escola podem aprender a aceitar e respeitar as limitações de cada um; a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, cabe as instituições de ensino o desafio de reinventar novas práticas pedagógicas para atender a necessidade da diversidade humana

São consideradas pessoas com deficiência aquelas que tem algum impedimento de natureza física, mental, sensorial ou intelectual onde haja algumas barreiras que possa impedir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Aprender a conviver com a diversidade é o primeiro passo para a criação de uma escola de qualidade para todos. As políticas de inclusão foram adotadas para permitir que esses alunos antes excluídos pudessem fazer parte da escola regular.

Tem por objetivo perceber possíveis benefícios trazidos pela inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares e esses benefícios não sejam percebidos só pelos deficientes, mas também para os outros colegas da turma, bem como toda a comunidade escolar.

Por volta do século XIX chega ao Brasil a educação especial, alguns brasileiros trouxeram idéias européias e norte-americanas para o tratamento de pessoas com deficiência físicas mentais e sensoriais, os quais não havia nenhuma relação com as políticas públicas era de forma isolada, e particular.

Nos anos 60 foi instituída a educação especial denominada de “educação de excepcionais”. Iniciou-se com a criação de duas escolas no Rio de Janeiro em 1954 o Instituto Benjamin Constant – IBC, e em 1957 o Instituto de Surdos Mudos, atual INES.

O Instituto Pestalozzi para pessoas com deficiência mental fundado em 1926, e anos depois foi criada a APAJ. Já em 1961 foi criada a lei nº 4.024/61 que aponta o direito dos

excepcionais” à educação preferencialmente dentro do sistema de ensino. Em 1971 esta lei foi alterada e define o encaminhamento para escolas especiais de alunos portadores de deficiência física, mentais, os que se encontram com atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

O MEC em 2003 criou o CENESP responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Já na década de 80 a Constituição Federal estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e garante como dever do Estado, a oferta de atendimento educacional especializado especialmente na rede regular de ensino.

Nos anos 1990 a educação especial foi marcada por movimentos a favor da inclusão escolar e foi à lei nº 8.060/90 reforçou a obrigação de matrícula na rede regular de ensino, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda nos anos 90 os documentos, como a Declaração Mundial de Educação e a Declaração de Salamanca influenciaram a formulação as políticas públicas de educação inclusiva e também foi publicada a política nacional de educação especial orientando os processos de reintegração instrucional “que dá acesso às classes comuns do ensino regular aqueles que tenham condições de acompanhar e desenvolver as atividades no mesmo ritmo dos demais alunos”.

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais não considera apenas a sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrario, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo as suas necessidades (GLAT; NOGUEIRA, 2003).

2 JUSTIFICATIVA

Com este projeto tentarei mostrar a importância de defender a igualdade entre as pessoas portadoras de necessidades especiais, ou em termos de direito a educação.

Partindo do principio que deficiência não é algo localizado em um indivíduo, porém criado e legitimado nas relações sociais, em especial nas relações estabelecidas em organizações familiares, escolares e de trabalho.

Professores, pais e alunos em fim, a comunidade são co-responsáveis pela inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. A atuação dos professores na sala de aula é determinante tanto para o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, quanto para a qualidade das interações que serão estabelecidas com os colegas da turma.

Nesse sentido, as percepções de professores sobre as variáveis em relação ao processo realizado nas escolas possibilitam as modificações necessárias para o seu aperfeiçoamento.

O conhecimento e a divulgação das necessidades, facilidade e dificuldade encontrada pelos professores no trabalho, facilitam a implantação da educação inclusiva.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Analisar o processo de inclusão de alunos deficientes na escola regular no ensino fundamental, na cidade Saubara década de 2000-2016.

3.2 ESPECÍFICOS

- Verificar quais as dificuldades que a comunidade escolar da rede regular de ensino encontra ao trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais.
- Identificar até onde o aluno pode desenvolver conhecimentos; valorizar as diferenças e as necessidades decorrentes das mesmas; verificar como se dá abordagem de inclusão escolar por fim analisar as dificuldades que os alunos encontram junto às matérias oferecidas.
- Descrever os métodos que estão sendo utilizado no Brasil e verificar como podem ser aplicados no ensino fundamental de Saubara.

4 PROBLEMA

Como se processa a inclusão de alunos deficientes na escola Missão Batistade ensino fundamental, na cidade de Saubara, década de 2000-2016.

5 METODOLOGIA

Para realizar este estudo foi usado o método de pesquisa bibliográfico de livros, artigos científicos revistas do assunto internet, bem como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a fim de evidenciar os direitos que os alunos deficientes passam a ter quando é incluso.

Os dados analisados facilitaram um melhor entendimento sobre a importância da educação inclusiva, voltando-se para a integração do aluno com necessidades especiais.

De acordo com Caldas (1986 p. 15), a pesquisa bibliográfica represente a coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo, seleção leitura e fichamento das informações relevantes.

Gil (2014), por sua vez, cita que, a pesquisa bibliográfica serve de material secundário que é realizada através de levantamento de bibliografia já publicada, em forma de livros, publicações avulsas, revistas imprensa escrita cujo objetivo é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com aquilo que foi escrito acerca de determinado assunto.

6 QUADRO TEÓRICO

A história da educação inclusiva no Brasil começou nos anos 70, quando algumas escolas passaram a aceitar alunos com necessidades especiais desde que os alunos deficientes conseguissem se adequar ao plano de ensino da instituição.

De acordo com o MEC – Ministério de Educação e Cultura no Brasil o atendimento começou na época do império com a criação dos institutos de Meninos Cegos e o INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos e anos depois o Instituto Pestalozzi para deficientes mentais e bem mais a frente a APAI – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Para Mantoan (2006), a educação inclusiva é fruto de uma educação plural, democrática e transgressora haja vista que a mesma gera uma crise escolar que por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja significativa a identidade do aluno. De modo que, a educação para todos tem por objetivo desempenhar seu dever atingindo todas as crianças na escola e defendendo valores como ética justiça e direito de acesso ao saber e a formação.

Carvalho (2000) defende a inclusão responsável, com direito a igualdade de oportunidades. A inclusão educacional na área de valores humanos é basicamente o fundamento da importância do outro, como observa.

Mantoan (2006), a educação inclusiva essencialmente, uma transformação de modo face ao próximo, que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual simplesmente topamos na sua existência e com a qual convivemos um tempo maior ou menor em nossas vidas.

Ainda para Carvalho (2000), a educação inclusiva nasceu como realidade, não tendo mais como ignorá-la, sendo necessário ter uma reconsideração da escola, deixando de lado o padrão do aluno ideal e buscando a aceitação do diferente. O autor cita ainda que “somos diferentes e queremos ser assim e não cópia malfeita de modelos considerados iguais. Somos iguais no direito de sermos inclusive, diferentes (A nova LDB e a educação especial, Rio de Janeiro editora WVA).

Fonseca (2008) cita que a educação inclusiva aos poucos estruturou uma nova forma de olhar a Educação criando uma escrita mais precisa de cada criança, na medida em que tem uma de suas prioridades atenderem as necessidades de aprendizagem das mesmas, assim como de jovens e adultos, fazendo deste modo crescer o direito dos portadores de deficiência no processo educacional. Também se ocupou de formação de professores, organização de recursos e serviços pedagógicos e oferecendo alternativas de atendimento, exigindo para tanto mudanças na formação de professores e planejamentos adaptados para efetivar a educação inclusiva, e observar que as barreiras encontradas no percurso do processo educacional como a falta de adaptações das escolas regulares e de professores que não recebem adequadamente alunos com deficiência em sala de aula, além da discriminação e do preconceito encontrado na sociedade e, muitas vezes na própria família. Para o autor, quando se trata do direito à educação, é essencial que seja realizada uma reforma estrutural e organizacional nas escolas, a fim de se recuperar o tempo perdido.

Ainda Fonseca (2008) que, a pretensão da educação inclusiva é alertar não apenas os educadores, mas a sociedade em geral, para a exigência atual de uma educação mais que inclusiva, uma educação que respeite as diferenças e faça delas um instrumento de resignação de papéis. Também ressalta que, as pessoas com necessidades especiais carecem de inclusão para que possa exercer seu direito a igualdade. Diz por fim, que a inclusão contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva é preciso que a escola reavalie todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Entretanto, esta é uma tarefa árdua para uma instituição que se acomodou com a padronização, excluindo do seu espaço qualquer tipo de diversidade.

Com esses aspectos, justifica-se a relevância de compreender a inclusão dos alunos com deficiência especial, visto que desta forma é possível destacar a essencialidade da inclusão em todos os aspectos.

Mazzota (2001) diz que o termo inclusão surgiu na política como forma de pensar o homem moderno, tendo o mundo globalizado como referencia, onde encontramos os que estão dentro e os que estão fora. E no Brasil o termo passou a circular em meados dos anos 80, principalmente através de grupos políticos de esquerda brasileira. Sendo que a partir do século XIX se iniciaram com maior intensidade os debates. O autor cita que, em 1981 foi declarada pela ONU – Organização das Nações Unidas O Ano Internacional das Pessoas Deficientes. Onde importantes conceitos ganharam conhecimento internacional, com os conceitos de vida independente, o de igualdade, e o de capacidade que representa a garantia de terem as mesmas oportunidades da população em geral. Sendo que a partir desse momento o movimento ganhou maior visibilidade, e veio a impulsionar outros posteriormente, como a inclusão escolar.

Que a inclusão é um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocadas pelas diferenças de classe social, etnia, educação, idade, gênero, deficiência, manifestação de fé, ou preconceitos raciais.

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidades que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades especiais. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008 apud LIMA; LINS; CAMPOS, 2016).

O ingresso de pessoas com necessidades especiais nas escolas regulares, ou seja, onde não mais haverá dois tipos de escolas e sim, a fusão das duas passando a ser escola inclusiva: à escola regular passa a acolher todos os alunos transformando assim um espaço para todos. Favorecendo a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento da sua vida escolar.

A educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanos primeiro passa para a construção da cidadania.

7 CRONOGRAMA DE TRABALHO

Período/Data	Janeiro à Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Atividade	Levantamento de bibliografia	Elaboração do projeto	Apresentação do projeto	Coleta de dados e entrevistas nas escolas de Saubara.	Criar um banco de dados

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Vitória Mainardes. Multiplicando saberes e domínios: um desafio ao conviver com as desigualdades e diferenças: multiplicando saberes e domínios. **Cadernos PDE**, Curitiba, v. 1, 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos_pde/pdebusca/producoes_pde/2009_uepg_educacao_especial_artigo_vitoria_mainardes_batista.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- BEYER, H. O. Educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília, DF, v. 2, n. 2, jul. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- BRASIL. Congresso. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- _____. Congresso. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- CALDAS, Maria A. Esteves. **Estudo de revisão de literatura fundação e estratégia metodológica**. São Paulo: Hieccetec, 1986.
- CARVALHO, Rosita Elder. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- _____. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.
- DECLARAÇÃO de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas. Brasília, DF, 1994.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- GLAT, Rosana; NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para educação inclusiva no Brasil. **Comunicações**: caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, v. 10, n. 1, p. 134-141, 2003. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/1647>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- INCLUSION INTERNATIONAL. **History**. Londres, 2017. Disponível em: <<http://www.inclusion-internacional.org/about-us/history/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.
- LIMA, D. S. A.; LINS, V. F.; CAMPS, R. A. S. O trabalho de um professor do atendimento educacional especializado sob o olhar dos documentos de inclusão. In: CINTEDI, 2., 2016, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: CINTEDI, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA6_ID3362_23102016225418.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Egler; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZOTA, M. S. J. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortês, 2001.

MEC. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Marcos políticos-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jul. 2017.

WERNECK, Cláudia. **Quem cabe no seu todos?** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

ZOLIN, Adriana de Cássia. **A educação inclusiva no ensino regular**. 2012. 28 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4699/1/MD_EDUMTE_VII_2012_01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2017.

APÊNDICE – Fotos











